

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito e Economia**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira  
Presidente do CONPEDI

## Apresentação

A Economia na sociedade contemporânea, dadas características e complexidades deste estágio civilizatório, vem ganhando centralidade nas decisões políticas e sociais.

No campo científico, o *aspecto econômico* acaba por invadir ou porque não colonizar a seara da reflexão teórica tornando impossível a não inclusão do referido fator nas análises oriundas do conhecimento acadêmico.

No Direito não é diferente. A Economia, principalmente em sua versão política econômica, ganha centralidade ou participação relevante na reflexão e no tratamento jurídico.

Neste sentido, com muito orgulho apresentamos o livro Direito e Economia decorrente das apresentações de trabalho ocorridas no GT – Grupo de Trabalho – do mesmo nome, durante o XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi), realizado na Universidade de Curitiba, no primeiro semestre de 2013, na capital do Paraná. As apresentações orais dos artigos foram coordenadas pelos Professores Doutores: Felipe Chiarello de Souza Pinto (MACKENZIE/SP), Paulo Ricardo Opuszka (UNICURITIBA/PR) e Giovani Clark (PUC MINAS e UFMG).

Os trabalhos selecionados para publicação foram divididos em três grandes temáticas:

- 1) Constituição Econômica e Desenvolvimento;
- 2) As Políticas Econômicas Setoriais e o Direito Econômico;
- 3) Poder Econômico e Análise Econômica do Direito.

O primeiro bloco de artigos – Constituição Econômica e Desenvolvimento - abrange artigos que analisam a relação da economia e do direito, especialmente sob a ótica da Constituição Federal, formando o que denominamos Direito Constitucional Econômico. Dentro desta temática também foram incluídos, devido ao modelo desenvolvimentista da

Constituição brasileira, os artigos que tratam do planejamento e do desenvolvimento econômico.

Já o segundo bloco de artigos, versa sobre temas específicos da economia, as denominadas políticas econômica setoriais. Embora seja um tema, ou melhor, uma divisão recorrente na economia, as “políticas setoriais” aparecem cada vez mais na Ciência do Direito, fato que permite a criação de bloco denominado “As Políticas Econômicas Setoriais e o Direito Econômico”.

Por fim, o último bloco de artigos trata de um tema que vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas entre Direito e Economia, ou melhor, as contribuições teóricas da denominada Escola da Análise Econômica do Direito. Nesse bloco vários artigos trazem à visão econômica das relações jurídicas, ou ainda, as contribuições da Ciência Econômica, principalmente dos autores neoclássicos, as limitações do Direito positivo ao poder econômico, estabelecendo um interessante diálogo entre as duas ciências.

Os artigos são frutos de pesquisas científicas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Direito pelo Brasil e procuram contribuir na efetivação da nossa Constituição Econômica e do Direito Econômico positivo nacional. Eles apresentam, também, uma relevante bibliográfica.

Desejamos uma boa leitura.

Coordenadoras do Grupo de Trabalho  
Professor Doutor Giovani Clarck – PUC MG  
Professor Doutor Felipe Chiarello de Souza Pinto – MACK  
Professor Doutor Paulo Ricardo Opuszka – UNICURITIBA